



PLANO DE TRABALHO 2020
PROGEN UNIDADE I – SATÉLITE ÍRIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1.1. SERVIÇO: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS: PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS.

1.2. QUANTIDADE DE GRUPOS SOLICITADOS: 11

1.3. ABRANGÊNCIA: NOROESTE - G3 (SATÉLITE IRIS I E II)

2. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

2.1. NOME DA INSTITUIÇÃO: PROGEN – PROJETO GENTE NOVA

2.2. Nº DO CNPJ DA INSTITUIÇÃO: 54.129.002/0001 – 04

2.3 WEBSITE OFICIAL DA INSTITUIÇÃO (OU REDE SOCIAL):

www.progen.org.br

3. UNIDADE EXECUTORA

3.1 NOME DA UNIDADE EXECUTORA: PROGEN – PROJETO GENTE NOVA – SATÉLITE IRIS I

3.2 Nº DO CNPJ DA INSTITUIÇÃO: 54.129.002/0001 – 04

3.3 ENDEREÇO DA UNIDADE EXECUTORA: Rua Wanda de Castro Mendes, 312 – Cidade Satélite Iris – CEP:13059-686

3.4 TELEFONE DA UNIDADE EXECUTORA: 3229-6138

3.5 EMAIL DA UNIDADE EXECUTORA: progen@progen.org.br

3.6. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE NA UNIDADE EXECUTORA:

O prédio é próprio e possui: 01 sala de atendimento individualizado; 03 salas de atividades coletivas e comunitárias; 01 sala de informática; 01 sala de corte e costura; 01 sala de equipe técnica; 01 sala da coordenação técnica; 01 sala dos educadores e pedagogia; 02 áreas externa para atividades; 01 brinquedoteca; 01 sala de música; 01 quadra poliesportiva coberta com banheiro feminino e masculino; instalações sanitárias com adequada iluminação e acessibilidade 03 banheiros para funcionários (Feminino e Masculino) com divisões; 04 banheiros para usuários), ventilação, conservação, privacidade e limpeza; 01 cozinha; 01 copa e 01 refeitório.

3.7. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MEIOS DE TRANSPORTE DISPONÍVEIS PARA O SERVIÇO NA UNIDADE EXECUTORA:

- 01 sala de atendimento individualizado, equipada com: mesa, cadeira, ventilador e armário;
- 03 salas de atividades coletivas e comunitárias, equipada com: mesas, cadeiras, armários, televisores, DVD's, equipamentos de som, aparelhos DVD/Bluray, home theater jogos esportivos, jogos pedagógicos, livros, brinquedos, materiais de artesanato, puffs, colchonetes;
- 01 sala de informática, equipadas com: mesas, cadeiras, bancadas, computadores, notebooks, data show, tela de projeção, armários;
- 01 sala de música, equipada com: violões, atabaques, bateria, cajon, agogo, baixo, guitarra, flautas, escaletas e alfaiais;
- 01 sala de costura, equipada com: maquinas de overloque, industrial e galoneira;
- 01 sala de equipe técnica, equipadas com: mesas, cadeiras, armários, computadores, telefones, impressoras, livros, materiais de estudo, armário de arquivo/prontuários;
- 01 sala coordenação técnica, equipada com: mesas, cadeiras, impressora, telefone, notebooks, livros, DVD's, materiais de estudo;
- sala dos educadores, equipada com: mesas, cadeiras, armários, computadores, livros, materiais de estudo, pedagógicos e cameras fotograficas
- 02 áreas externa para atividades, equipada com: materiais esportivos, jogos, materiais de meio ambiente.
- 01 brinquedoteca, equipada com: colchonetes, mesa, cadeiras, armários, televisão, jogos, brinquedos, materiais pedagógicos, livros, dvds;
- 01 quadra poliesportiva coberta, equipada com: traves, redes e materiais esportivos, com banheiro feminino e masculino;
- instalações sanitárias com adequada iluminação e acessibilidade (04 banheiros para usuários (Feminino e Masculino) com divisões, equipados com instalações sanitárias adequadas;
- 03 banheiros para funcionários, ventilação, conservação, privacidade e limpeza, equipados com instalações sanitárias adequadas;
- 01 cozinha, equipada com: geladeiras, freezers, fogão, forno, armários, coifa, utensílios de cozinha em geral;
- 01 copa, equipada com: pia e torneiras; mesa,
- 01 refeitório, equipado com: conjuntos de mesas, bebedouro, balcão térmico.

Meios de Transporte: Serviço de Transporte por intermédio de Contratação de Terceiros para uso compartilhado nas demandas das Unidades da Proteção Social Básica da OSC; Reembolso de KM para os colaboradores que utilizam seus veículos próprios em atividades externas eventuais.

4. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA (DIAGNÓSTICO SOCIAL)

4.1 – Histórico da microrregião G3

Na década de 1950, a realidade do Jardim Satélite Íris destoava do plano de desenvolvimento do então presidente Juscelino Kubitschek. Vivia-se o sonho dos 50 anos em 5, e o bairro que integra a atual região do Campo Grande era apenas uma vasta área agrícola, pouco atraente para a população. Chegar até as terras pertencentes aos donos das Indústrias Reunidas Irmãos Spina S/A (cujas iniciais formam o nome ÍRIS), era uma missão ingrata. A região noroeste se limitava ao ponto alto, a terra vermelha e um mar de capitais. No entanto, aos poucos, o plano de desenvolvimento industrial chegou à região.

Com a promissora vinda da britânica Dunlop Pneus, nasceu a Avenida John Boyd Dunlop, em homenagem ao inventor do pneu inflável moderno. A ampliação da via, que se tornou a maior de Campinas, resultou no surgimento de pequenos bairros.

A passos curtos, em 20 anos, a região tornou-se atraente e, na década de 1970, os ingleses da Dunlop venderam a fábrica de pneus para os italianos da Pirelli. Foi nessa época que chegaram os primeiros moradores do Satélite Íris; em sua maioria, gente humilde que deixou o nordeste com uma missão: vencer na vida em Campinas, uma das mais prósperas cidades do estado de São Paulo. Pessoas chegavam ao Satélite Íris, escolhiam um canto e erguiam seus casebres, em um processo de loteamento moroso e bastante irregular. A realidade não era nada agradável. A área erosiva onde se encontra o Satélite Íris I era um chamariz para que a administração municipal a utilizasse para o despejo e a concentração de todo tipo de lixo: doméstico, hospitalar e industrial.

O lixão no Satélite Íris I surgiu em 1972, quando a Prefeitura decidiu utilizar uma área de 42 hectares para depositar resíduos. Por 12 anos os resíduos foram jogados, sem compactação, sem tratamento e a céu aberto, a cobertura só ocorreu em 1986, com uma camada de argila.

Assim, além da completa falta de infraestrutura, os moradores do bairro conviviam com animais, mau cheiro e doenças deflagradas pelo conhecido lixão, que só foi desativado em 1986. Verifica-se que ainda hoje, o solo e as águas contaminadas com substâncias

extremamente tóxicas e perigosas são algumas das características oriundas do processo de desenvolvimento do bairro. É visível e evidente a presença marcante do lixo em todos os arredores do bairro, enquanto integrante cultural desta comunidade.

Neste contexto de inúmeros empecilhos impostos ao desenvolvimento social e econômico desta comunidade, o PROGEN em parceria com o CRAS Satélite Íris, por meio do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, do Governo Federal, inaugura-se em agosto 2005 a Unidade II localizado no bairro Satélite Íris I, onde estendeu suas ações devido situações de vulnerabilidade marcantes do território tais como: crianças e adolescentes em casa realizando afazeres domésticos e/ou cuidando de irmãos mais novos, ausência de equipamentos públicos entre outros os quais serão melhor detalhados no decorrer deste diagnóstico. É neste contexto social e urbano que acreditamos que se faz necessário e importante a presença de equipamentos que desenvolvem a Proteção Social Básica, para o atendimento às famílias, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e comunidade, por meio de trabalho socioeducativo incentivando o protagonismo, possibilitando que reescrevam sua história de vida. Segundo MIOTO, o trabalho nessas situações tem um caráter prioritariamente preventivo, à medida que o seu objetivo é dar sustentabilidade ao processo de reorganização das famílias (Mioto, 2000:223).

4.2 – Diagnóstico Socioterritorial e Perfil do Público Atendido

Através de pesquisas desenvolvidas e publicadas em relatórios e boletins pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal da Assistência, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (Relatório de Informações Sociais – RIS 2016), IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CENSO 2010), FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Diagnóstico SocioTerritorial – Edição 2017), SISNOV – Sistema de Notificação de Violência (Boletim SISNOV Nº 12), Plano Municipal de Assistência Social – 2014/2017 e do Perfil do Público Atendido do SCFV - 06 a 14 anos do PROGEN – Satélite Iris, apresentaremos o diagnóstico socioterritorial da microrregião G 3, composta pelos bairros: Satélite Íris I e II, São Judas Tadeu, Jardim Uruguai e Jardim Ouro Preto.

Conforme dados do IBGE, a Macrorregião Noroeste, possuía, nesse período, 137.786 habitantes, ou seja, 13% da população total de Campinas. Dentro da abrangência

de atuação do Progen - Satélite Íris (microrregião G3), estima-se uma população de 81.557 pessoas, representando 59,2% desta macro região Noroeste. O Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Campinas (PNUD) apresentou em 2015, dados do bairro Satélite Íris, considerado juntamente com outras 12 localidades como o pior Índice (de 0,717) de Desenvolvimento Humano do município de Campinas .

A partir da análise no índice de UDH - Unidade de Desenvolvimento Humano, comparado a toda extensão do Município de Campinas, ainda segundo o Atlas, o micro território do Satélite Íris, que aglutina um ou mais bairros, apresentou as piores taxas observadas, nos quesitos: expectativa de vida ao nascer, dimensão de renda, renda domiciliar per capita, crianças extremamente pobres, crianças vulneráveis à pobreza, a renda domiciliar per capita média dos extremamente pobres, jovens de 18 anos empregados sem carteira, jovens de 18 anos desocupados, inseridos na educação e expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade.

É possível identificar na Microrregião G3 alguns dificultadores que potencializam as situações de vulnerabilidades e riscos, tanto pessoais, quanto sociais, como: infraestrutura e saneamento básico, insuficiência/ausência de equipamentos públicos (Esporte e Lazer, Cultura, Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, entre outros), desemprego, baixa renda, escolaridade, condições de moradia, violações de direitos, etc.

Quanto à infraestrutura e saneamento básico, em 2016, passou por um processo de pavimentação e sinalização em 84% do bairro Satélite Iris I, totalizando 22 km de asfalto, possibilitando, assim, o acesso a rede de água e esgoto para aproximadamente 15 mil habitantes. (Fonte: Prefeitura de Campinas, 25/01/2019). Porém, é importante ressaltar, que ainda existem ruas parcialmente ou sem asfalto, sem infraestrutura, sem saneamento básico e a coleta de lixo é semanal, não regular e não é realizada em todas as ruas/vielas do bairro.

Outra questão enfrentada pelos moradores desta comunidade são as constantes queimadas. Causadas pela necessidade de eliminar animais peçonhentos que se proliferam pelo acúmulo de lixo, falta de saneamento básico e falta de manutenção dos terrenos públicos. A queimada passa a ser um recurso de sobrevivência neste território visto que é a forma mais rápida e de menor custo para os moradores.

As residências são construídas em cima de sacos de lixos empilhados e animais são criados e pastam em áreas contaminadas. As ocupações em áreas públicas e áreas verdes ainda ocorrem de forma desordenada no território pela irregularidade fundiária, autoconstrução e planejamento de ocupação inadequado.

Tal realidade é possível ser identificada na população atendida pelo SCFV – 06 a 14 anos, do PROGEN – Satélite Iris, a qual 97% declararam residir em casas de alvenaria e 3 % residem em casa mista (alvenaria e madeira). Destaca – se que as casas de alvenaria, em sua maioria, encontram-se inacabadas, com pouca ventilação, são domicílios pequenos com dois ou três cômodos, gerando grande densidade domiciliar, devido ao número de integrantes das famílias; essas, segundo o Perfil dos usuários, na sua maioria, são constituídas por 4 a 5 integrantes, representando 58% do público atendido.

A Macrozona Noroeste representa 70% dos usuários do Transporte Público Municipal, porém, quando limitamos para a microrregião G3, esse acesso fica muito restrito; uma vez que a oferta de linhas de ônibus no bairro é pequena – possuindo somente 1 linha. Situação, essa, que dificulta, ainda mais, o direito dessa população em se locomover e acessar outros espaços da cidade que residem, seja pela busca de emprego, lazer, cultura, entre outros.

Em se tratando de abordagem intergeracional, o apoio às demandas da população é essencial. Há necessidade da presença de equipamentos das políticas públicas que promovam a qualidade de vida, bem-estar, convivência, saúde, educação, segurança, lazer, esporte e cultura, o que não acontece na Microrregião Noroeste G3.

Segundo dados apresentados pelo Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas (RIS) de 2016 as opções de esporte, lazer e cultura encontradas pelos habitantes da Microrregião Noroeste G3 também são escassas ou irregulares. Espaços de esporte, há somente a existência de um espaço, denominado “Arena Satélite”. Outros espaços, como praças e campos, foram construídos pelos próprios moradores. O único espaço, mais próximo, de lazer e cultura, é do “CEU FLORENCE”, localizado fora de abrangência da microrregião G3. É importante pontuar que por não haver locais arborizados, muitos moradores, incluindo participantes da OSC, vão ao espaço do Cemitério Parque das Flores para brincar e fazer exercícios físicos. O número desses

espaços é muito discrepante em relação às demais Microrregiões, tanto àquelas localizadas na região Noroeste, sobretudo as que estão situadas mais próximas ao centro. Ou seja, o acesso a equipamentos e espaços de esporte, cultura e lazer é quase inexistente para essa população.

Quanto a Política de Saúde, a quantidade de equipamentos na microrregião G3 é insuficiente considerando as demandas apresentadas pela população. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Macrozona Noroeste possui 24 unidades de saúde distribuídas ao longo do território em diversas modalidades. Porém, na Microrregião Noroeste G3 são 02 unidades de referência, mas apenas 01 destas unidades está presente no território, que é o Centro de Saúde Satélite Íris. Segundo dados do Tabnet - DataSUS foram atendidas no ano de 2017, 5.195 pessoas no CS Satélite Íris, prevalecendo o público feminino em maior número, com idades de 05 anos até 34 anos. A outra unidade que atende o território é o Centro de Saúde Ipaussurama que apesar de ficar 2,2 km de distância, é totalmente fora de mão para os moradores acessarem, pois não há linhas de ônibus direto e muitos acabam indo à pé debaixo de sol e chuva, levando mais de 1 hora de caminhada. Uma situação bastante relatada pelos usuários do SCFV - 06 a 14 e suas famílias é a ausência de médicos especialistas nas unidades básicas de saúde e a demora para realização de exames. Mesmo a Macrorregião Noroeste possuir 3 CAPS, as equipes de saúde mental dos Centros de Saúde, também são insuficientes, considerando o número de habitantes do microterritório e as demandas específicas que vêm se apresentando, como depressão e casos de tentativas de suicídios. Observando os dados do Boletim SISNOV Nº 12/2017, houve um aumento considerável de notificações relacionadas à tentativas de suicídios se comparado aos anos anteriores, totalizando 352 notificações em 2017, enquanto 2013, houve 77.

Quanto a Educação, a Macrorregião Noroeste é pouco abastecida de unidades públicas, pois apresenta o menor número de unidades de educação da rede estadual e o terceiro menor da rede municipal. Segundo o Relatório de Informações Sociais 2016 e a Secretaria Municipal da Educação, esta Macrorregião conta ao todo com 60 unidades da rede pública de ensino, sendo 19 unidades da rede pública estadual e 41 unidades da rede pública municipal, divididas em: - Ensino Infantil (35 no total) 27 CEI (Centros de Educação Infantil) 08 CEI Nave Mãe - Ensino Fundamental (06 no total) 02 EMEF (Escola

Municipal de Ensino Fundamental) 01 EEI (Escolas Municipais de Educação Fundamental Integral) 03 EMEF/EJA (Escolas Municipais de Educação Fundamental/Educação de Jovens e Adultos). Destas, apenas 06 estão situadas na Microrregião Noroeste G3. Sendo elas: Educação Infantil - 03 unidades (CEI Nave Mãe Milton Santos, Creche Coração de Maria e CEI Nave Mãe Dom Edward Robinson de Barros) e Educação Fundamental e Médio - 3 unidades (EE Professora Rosina Frazatto dos Santos, EE São Judas Tadeu e EE Ouro Preto). Essa quantidade de serviços da educação é insuficiente visto à demanda do território, uma vez que há 365 crianças na lista de espera para serem inseridas na Educação Infantil (Fonte: http://integre-master.ima.sp.gov.br/integre/web/vagas_infantil.php - Secretaria Municipal da Educação) e muitas crianças, adolescentes e jovens tem sido encaminhados para escolas dos bairros adjacentes da microrregião G 3.

Tal realidade é possível ser observada e constatada a partir dos dados referentes ao Perfil do público atendido no SCFV - 06 a 14, o qual traz que a maioria dos atendidos estão inseridos no ensino fundamental I, um total de 63% (1º ao 5º ano) e cursando o ensino fundamental II (6º ao 9º ano) um total de 37%. Grande parte dos educandos frequentam as escolas do bairro, sendo elas: E.E. Rosina Frazatto, E.E. São Judas Tadeu e E. E. Ouro Preto, porém, alguns acessam a educação nas escolas localizadas em outros bairros, como: E.E. Elvira Pardo Meo Muraro, E.E. Guido Segalho, E.E. Hilda Hilst, E. E. Jd. Rossin, E.E. Major Adolfo Rossin, E. E. Profª Glória Aparecida Viana, E.M.E.F. Sylvia Simões Magro, E.E. Vicente Hao e E.M.E.F Pingo de Mel. Apesar de todas as crianças e adolescentes estarem inseridas (os) na escola é perceptível, através das atividades diárias no serviço, as dificuldades quanto a leitura e escrita.

Quanto a Política de Assistência Social, a PNAS/ 2004 (pág.33) define que se podem prevenir vulnerabilidades e riscos por meio do desenvolvimento e aquisições de potencialidades, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através dos serviços, projetos e programas que atuam na Proteção Social Básica, cujo público-alvo constitui-se por indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras).

A Microrregião Noroeste G3 possui apenas o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Satélite Íris, sendo este o lugar que possibilita, em geral, o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e, portanto, à proteção social. Estrutura-se, assim, como porta de entrada dos usuários da Política de Assistência Social para a rede de Proteção Básica e referência para encaminhamentos à Proteção Social Especial. É o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. O CRAS Satélite Iris consiste no trabalho social com as famílias, através do Serviço PAIF - Programa de Atenção Integral à Família, de forma continuada, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O CRAS Satélite Íris compreende o trânsito do nível menor para o de maior complexidade, ou o encaminhamento, a qualquer serviço socioassistencial ou para outra política setorial no seu território de abrangência.

O atendimento do CRAS - Satélite Íris abrange um total de 9.607 habitantes, entre estes números 1.772 estão na faixa etária entre 0 a 6 anos, 2.451 na faixa etária entre 7 a 15 anos, entre a faixa etária de 16 a 24 um total de 1610, na faixa etária de 25 a 34 anos um total de 1405, entre 35 a 49 o número de 1607, entre a faixa e 50 a 64 o total de 572 atendidos e maior de 65 anos 1190 pessoas. É importante ressaltar que mesmo existindo um serviço de referência, como o CRAS, na Microrregião, existe demanda para mais serviços da Assistência Social, tanto os de referência, como os socioassistenciais, pois, conforme, apresentado anteriormente, é um território que possui, aproximadamente 81.557 habitantes e é uma das regiões mais vulneráveis do município de Campinas, segundo dados do IBGE e do IDHM. Tal realidade é observado através dos dados apresentados pelo RIS - 2016 e Perfil dos Usuários do SCFV - 06 a 14 que traz a situação socioeconômica, inserção no mercado de trabalho e acesso das famílias em programas de transferência de renda e benefícios. A macrorregião Noroeste apresenta uma desigualdade social extrema, se diferenciando muito das demais regiões de Campinas/SP. O número de habitantes que não possuem renda é significativa, totalizando 47.300; enquanto 66.800 possuem entre 0,5 a 10 salários mínimos e apenas 700 possuem renda maior de 10 salários mínimos. A renda é um dos fatores que potencializam às situações de vulnerabilidades nas famílias e o acesso à Programas de Transferência de Renda como Bolsa Família, vem com o objetivo de superar ou ao menos

minimizar a extrema pobreza apresentada, principalmente na microrregião G 3 que demonstra o maior número, depois do DAS/NO, de famílias beneficiárias do Programa citado, representando, em todas as modalidades do Bolsa Família, 5.442 famílias. Quando comparado aos dados do Perfil dos usuários do SCFV - 06 a 14, tal realidade se confirma, pois, se tratando da renda familiar 33% possui renda de 2 salários mínimos, 29% até 1 salário mínimo, 21% até 3 salários mínimos e 17% declaram receber 4 e mais de 4 salários mínimos. Quanto ao acesso à Programas de Transferência de Renda e Benefícios, 65% da população atendida é beneficiário do PBF e 16% são beneficiárias entre BPC, Renda Cidadã, Viva Leite e Nutrir. É importante destacar que há famílias que recebem mais de um benefício.

A questão da renda está ligada diretamente a oferta e acesso ao Mercado de Trabalho. Compreende-se que 1253 habitantes referenciados ao CRAS Satélite Íris trabalham por conta própria (sem registro em carteira) enquanto que apenas 783 habitantes trabalham com carteira assinada. Estes números demonstram a escassa oferta por empregos formais nesta região, e embora evidenciem uma tendência do Município, o índice é maior do que grande parte dos dados relacionados a outros CRAS e DAS (Fonte: SMCAIS - Perfil das Pessoas e Famílias do Cadastro Único - Julho 2015). Situação também apresentada no Perfil dos Usuários do SCFV - 06 a 14 anos, que apesar de ter 31% trabalhando com carteira assinada, há 66% que declararam estar desempregados, inseridos no mercado informal e autônomos.

Um grande desafio para população da microrregião G 3 é o acesso à esse equipamento, que mesmo localizado no bairro Satélite Iris I, apresenta uma distância de algumas partes do bairro e outros bairros de abrangência entre 1,5 km a 3,5 km - cerca de 23 a 40 minutos à pé. Percebemos que estas barreiras geográficas e estratégicas acabam por favorecer o acesso da população ao PROGEN - Satélite Iris I que constantemente precisa orientar a população sobre a importância de se dirigirem ao CRAS para resolução e encaminhamento de determinadas demandas. Frequentemente, em atendimentos com a população, é constatado o desconhecimento da mesma com relação ao CRAS - Satélite Iris, muitas vezes se referem ao equipamento como “Caixa d’água” por este equipamento estar próximo ao reservatório da SANASA.

Dados do Perfil dos usuários confirma tal situação, pois 76% da população atendida no SCFV - 06 a 14 anos acessou o serviço de forma espontânea, enquanto 14% acessaram através de referenciamento do CRAS/Satélite Íris, 7% de serviços socioassistenciais e 3% acessaram através de referenciamento do CREAS/Noroeste, Serviços de outras políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos.

A questão não é apenas de terminologia, mas principalmente de vinculação com os técnicos de referência, dificuldade que é potencializada pela distância do equipamento. Assim, o PROGEN - Satélite Iris está consolidado como referência não apenas para os usuários da OSC, pois sua influência tem transbordado para a população do território como um todo. Esta influência também é percebida quando observamos a preservação do espaço da instituição mesmo em um contexto que favorece infelizmente o descaso com os patrimônios comunitários. Como hipótese para compreender esta condição está o constante trabalho de apropriação do espaço e significação do mesmo orientado para a população, fato este promovido desde os objetivos da instituição, perpassando pelas estratégias específicas e desembocando em nosso fazer cotidiano. Este processo de conscientização da população também é um processo necessário para o empoderamento da mesma, papel este que temos exercido dentro desta comunidade.

O PROGEN - Satélite Íris como OSC da Política da Assistência Social, executora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 06 a 14, tem como público crianças e adolescentes nesta faixa etária e suas famílias. As crianças, na faixa etária de 06 a 11 anos, representa o maior público, totalizando 59%, enquanto os adolescentes, na faixa etária de 12 a 14 anos, representa 41%. Apesar do equilíbrio, o gênero feminino ainda predomina, representando 51% e o gênero masculino, 49%. Os dados referente ao gênero se estende aos responsáveis que, também, são, predominantemente, do gênero feminino (89%); sendo essas responsáveis, mães (87%) das crianças e adolescentes; mas há pais, avós maternas e paternas e padrasto responsáveis pelo público atendido pelo serviço, representando 13%. As grandes maiorias dessas responsáveis se declaram casadas ou vivendo em união estável, representando 65% e às que declaram solteiras, divorciadas e viúvas representam 35%. São responsáveis jovens, pois, estão, na sua maioria, na faixa etária entre 23 a 35 anos (45%), seguida por 36 a 45 anos (39%) e, por fim, entre 46 a 75 anos, representando 16%. Para a Política de Assistência Social do Município de Campinas,

segundo o Plano Municipal de Assistência Social – 2014/2017, considerar a mulher como chefe da família é uma característica que compõe o público prioritário que necessitam de proteção social do Estado, pois as desigualdades de gênero ainda constituem um padrão e um elemento indispensável para se compreender a condição de pobreza das mulheres. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo IBGE (2015)² sobre “ Aspectos dos Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade”, é a mulher a grande responsável pela criança com menos de quatro anos, totalizando um número de 8,6 milhões (83,8%) que assumem esta responsabilidade. Ainda que esta informação não seja direcionada ao público do 6 à 14 anos especificamente, ela permite-nos refletir que esta realidade do cuidado direcionado à figura feminina não está presente apenas na primeira infância.

A Política Nacional da Assistência - PNAS/2004 traz que a Proteção Social Básica, além de possibilitar ações coletivas que propiciam a convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, deve, através dessas ações prevenir situações de risco pessoal e social, além das violações de direitos. A partir da Resolução CNAS nº 1/2013, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos passam a ter como público, usuários que apresentam situações prioritárias, como: situação de isolamento; Trabalho infantil; Vivência de violência e, ou negligência; Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos; Em situação de acolhimento; Em cumprimento de MSE em meio aberto; Egressos de medidas socioeducativas; Situação de abuso e/ou exploração sexual; Com medidas de proteção do ECA; Crianças e adolescentes em situação de rua e Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. Conforme dados do Boletim SISNOV - Nº 12, o maior número de notificações de violência diz respeito a violência física, seguida da tentativa de suicídio (como pontuado anteriormente), depois a negligência, e também com um número considerável aparecem notificações de violência sexual. Em síntese, a região possui um número alto de notificações contra vítimas do sexo feminino, a maioria delas crianças, sendo o local de ocorrência que mais aparece nas notificações a própria residência e o motivo mais frequente foi a violência física. Conforme o boletim SISNOV nº12/2017 apresenta uma crescente nos casos de tentativa de suicídio, sendo que, em 2013 houveram 77 notificações, já em 2017, 352 notificações. Ainda analisando os dados do SISNOV entre os serviços de saúde que fizeram notificação constam o PA Campo Grande e Hospital Celso Pierro (PUC), ambas localizadas na macrozona Noroeste. Confirma - se através do Perfil do Público

Atendido do SCFV - 06 a 14 que as crianças, adolescentes e suas famílias apresentam em sua dinâmica familiar situações prioritárias e de violações de direitos, como: negligência (53%), violência física (31%), violência psicológica (31%) e somando o isolamento, trabalho infantil, violência sexual, fora da escola, defasagem, Medida de Proteção do ECA e vulnerabilidade PCD, representa 2%. É importante ressaltar que algumas famílias apresentam em sua dinâmica mais de um tipo de violação e muitas dessas violações e vulnerabilidades são potencializadas devido à negligência/ausência do Estado no território, conforme apresentado nos dados anteriores, neste documento, referente ao acesso às políticas públicas setoriais e outros serviços. Uma realidade também muito presente na Microrregião G 3 são outras situações de risco que, também, contribuem na potencialização das violações de direitos, como: violência urbana, tráfico de drogas, uso de substâncias psicoativas, alcoolismo, racismo, homofobia, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, violência de gênero, entre outras.

No art. 1º da Constituição de 1988 determina que é dever do Estado garantir a dignidade da pessoa humana, como também no Art. 3º que discorre sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil onde erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais fazem parte do projeto nacional. Assim é um direito de cada cidadão poder se desenvolver de forma plena, provido pelo Estado, de recursos fundamentais para este processo. Infelizmente o que constatamos na Microrregião G 3 é o oposto do mínimo necessário; o contraste com outras áreas do município de Campinas/SP fica evidente a partir dos dados apresentados e da realidade observada e constatada pela equipe do PROGEN - Satélite Iris e relatada diariamente pelo público atendido no SCFV - 06 a 14 sobre o abandono do poder público um território com mais de 50 anos de história. Outros bairros do município com muito menos tempo de existência já contam com melhores infraestruturas.

Contudo, a existência de serviços, como o SCFV - 06 a 14, da Política da Assistência Social, nessa microrregião G3 é fundamental e necessário para se garantir à população o acesso ao direito da proteção social. Esta se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão e cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. Garantir essa proteção social de assistência social

é produzir, através das diversas ações, aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para: suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia. (MDS; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, pag. 16)

5. PÚBLICO – ALVO: Crianças e eadolescentes de 06 a 14 anos.

6. DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS, DA PERIODICIDADE, DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E DAS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO PARA CADA ATIVIDADE A SER EXECUTADA.

Atividade 1	Atividades de busca ativa
Descrição	<p>A busca ativa na Política de Assistência Social é uma estratégia de fazer com que o serviço chegue até as famílias, uma vez que segundo a PNAS (Brasil, 2004, p.40) “a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”. Vale destacar que esta é uma ação exclusiva do CRAS, uma vez que este é a porta de entrada para o SCFV no município conforme Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Como dito anteriormente, temos o CRAS Satélite Iris no território e o Progen não é o único equipamento de Proteção Social Básica de referência para esta comunidade.</p> <p>No Progen, desenvolvemos todo trabalho através de estratégias metodológicas, baseadas na Educação Não Formal, com práticas que se efetivam através de passos que se complementam, interagem e integram através de atividades socioeducativas. Temos como foco fortalecer os vínculos familiares e comunitários com a ação dos profissionais de diferentes</p>

	<p>áreas do conhecimento visando a possibilidade do desenvolvimento integral da criança, adolescente, jovem, adulto e idoso e seus familiares.</p> <p>Realizando o atendimento/acompanhamento social, psicológico, pedagógico e também de coordenação técnica/geral dos usuários e seus familiares, procuramos fortalecer e potencializar o reconhecimento do usuário como cidadão de direito, propiciar o acesso no SCFV e garantir a vinculação no sistema SIGM viabilizando também o acesso aos serviços, benefícios socioassistenciais, bem como a inclusão e acompanhamento das crianças e adolescentes, nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, organizados em grupos de até 30 inscritos, participando das atividades semanalmente, divididas em dois períodos (manhã e tarde).</p> <p>Como ações de busca ativa podemos destacar: o acompanhamento da frequência e participação das atividades, a articulação com a rede de proteção a fim de garantir aos usuários o acesso aos serviços, benefícios, e sua inclusão no sistema de Cadastro único do município (SIGM). Para a realização da busca ativa, a equipe técnica (assistente social, psicólogo, pedagoga) realiza atendimentos individuais, visita domiciliar, contatos telefônicos, encaminhamento de relatório para o Sistema de Garantia de Direitos dentre outras ações. Vale dizer que tais ações são de extrema importância para o trabalho de prevenção às situações de risco e vulnerabilidades.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Atendimento para 330 crianças, adolescentes e suas famílias.
Avaliação	<p>Todo processo de avaliação é realizado com a participação dos usuários e famílias. No caso das ações de busca ativa, temos como meio de verificação o cumprimento da meta de atendimento através das listas de frequência, participação das crianças e adolescentes nas atividades, participação das famílias no processo de construção e planejamento das atividades, planejamento das equipes, documentos e instrumentais construídos ao longo</p>

	do ano.
Atividade 2	Acolhida individual
Descrição	<p>É imprescindível que os profissionais que atuam no SCFV tenham a compreensão de que os participantes que chegam ao serviço usufruem do seu direito à assistência social, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por leis e normativas específicas dessa políticapública. De acordo com o Passo 1 das Estratégias Metodológicas: Aprender a ser e conviver, realizamos acolhida diária das crianças e adolescentes, sendo esta realizada por toda equipe de profissionais (educadores, equipe técnica, equipe de cozinha e equipe de limpeza) ofertando um espaço de garantia de direitos, acolhedor, organizado, bem como oferecemos a alimentação (lanche da manhã, almoço, lanche da tarde); roda de conversa com temas do cotidiano, voltados para direitos de cidadania e fortalecimentos de vínculos; atividades dirigidas e lúdicas propiciando o direito do brincar, de conviver, de explorar conhecimentos, utilizando o espaço da OSC e comunidade. A acolhida dos participantes no SCFV é sempre um momento integrador, criativo e ético, considerando que alguns dos participantes que chegam ao SCFV estão em condição de vulnerabilidade e/ou risco e por esta razão a equipe se mantém atenta para acolher e realizar os encaminhamentos necessários.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	<p>Possibilitar às 330 crianças e adolescentes inseridos nos dois períodos (manhã e tarde) educar-se para a vida, descobrindo-se como sujeito de direito e deveres; conscientizando-se de que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho.</p>
Avaliação	O processo de avaliação se dá através da participação das crianças,

	adolescentes e famílias diariamente através das ações e atividades executadas na OSC. Como meios de verificação contamos com a lista de frequência das atividades, registros em prontuários e relatórios que servem como ferramenta de planejamento de nossas ações.
Atividade 3	Acolhida em grupo
Descrição	<p>Conforme Orientações para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os grupos são formados por até 30 usuários, geralmente, reunidos conforme o seu ciclo de vida, sob a condução do educador social, sendo que possui especificidades e desafios relacionados a cada estágio da vida dos indivíduos.</p> <p>No Progen Vila Bela, acolhida em grupo acontece diariamente, seguindo o mesmo conceito do Passo 1 das Estratégias Metodológicas do Progen - Aprender a ser e conviver. Nesta ocasião desenvolvemos as rodas de conversas temáticas com assuntos do cotidiano, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, sendo um espaço de diálogo e interação, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro, bem como abordando seus direitos e deveres enquanto cidadãos.</p> <p>Referência:</p> <p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: MDS, 2016.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Possibilitar às 330 crianças e adolescentes educar-se para a vida,

	descobrimo-se como sujeito de direito e deveres; conscientizando-se de que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho.
Avaliação	Este processo é realizado diariamente, com a participação das crianças e adolescentes, através da escuta e do interesse dos participantes. Vale destacar que este processo avaliativo é registrado em relatórios como fonte de recurso para o planejamento desta ação e esta avaliação é conduzida diariamente pela equipe de educadores, pedagoga, psicólogo e coordenação técnica.
Atividade 4	Estudo social
Descrição	<p>O Estudo Social faz parte do diagnóstico socioeconômico, que é um processo metodológico específico, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional. É um instrumento importante para o trabalho realizado com as famílias, uma vez que através dele conseguimos identificar o público prioritário e realizar os encaminhamentos necessários de acordo com a Estratégias Metodológicas.</p> <p>Este processo se dá através da inclusão da família no serviço e com a vinculação desta no SIGM. Os profissionais do Serviço Social e Psicologia são responsáveis por esta ação que também faz parte da acolhida e acompanhamento familiar. Realizamos no momento da inclusão o preenchimento de um formulário contendo informações necessárias para o acompanhamento das famílias no SCFV, posteriormente são organizados prontuários por participantes.</p> <p>Tal ação é de extrema importância para o fortalecimento dos vínculos, levantamento de estratégias de atendimento e encaminhamentos para os serviços e benefícios socioassistenciais.</p>

Periodicidade	Semanal
Meta	O estudo social é realizado para os 330 participantes do SCFV.
Avaliação	<p>A avaliação é realizada através da participação das crianças e adolescentes e famílias nas atividades desenvolvidas e grupos de convivência, bem como através do acompanhamento realizado pela equipe técnica e encaminhamentos para a rede de proteção</p> <p>Destacamos que também é elaborado um documento para identificar o perfil das famílias atendidas no SCFV, que serve como instrumento para o planejamento de nossas ações e contribuição, articulação com outras políticas no micro território.</p>
Atividade 5	Visita domiciliar
Descrição	<p>A visita é uma estratégia para uma observação sistemática da realidade dos participantes do SCFV considerando a matricialidade familiar, contribuindo com maiores elementos para a equipe de trabalho que realiza o acompanhamento da família em uma visão ampla, considerando que as situações de risco e vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias não se encerram na individualidade ou sanam nas atividades. Por isso as visitas são moldadas sobre a perspectiva do acompanhamento onde a captação de informações são mais evidentes do que no atendimento na unidade executora, assim contemplando novas estratégias para o desenvolvimento do participante do serviço em consonância com o Passo 3: Convivência social e familiar, que abrange as estratégias metodológicas como orientações que fortalecem as ações sociais e comunitárias, focando que a maioria de nossos participantes de enquadram no grupo prioritário (81%).</p>

	<p>Vale destacar que a visita domiciliar também é um instrumental de extrema importância para fortalecimento dos vínculos, aproximação da realidade e tal ação é conduzida pela assistente social e psicólogo, para levantamento de estratégias de atendimento, encaminhamento para rede de proteção e vinculação com as famílias no processo de acompanhamento.</p> <p>Referência: SOMER, Diana G.; MOURA, Reidy R. de. Visita domiciliar, instrumento que potencializa a atuação do Assistente Social. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 123, abr 2014. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14704>. Acesso em 02 de novembro 2019.</p>
Periodicidade	Semanal
Meta	Realização de visita domiciliar para as famílias dos 330 participantes do SCFV durante a execução deste Plano.
Avaliação	O processo de avaliação se dá através dos encaminhamentos realizado, registros nos prontuários, vinculação com os participantes e famílias e articulação com a rede socioassistencial.
Atividade 6	Orientações individuais
Descrição	Um dos objetivos do SCFV é estimular o protagonismo, através do acesso à informação sobre direitos de cidadania, sendo assim, a equipe: 06 Educadores, 01 Assistente Social, 01 Pedagoga, 01 Psicólogo realizam através do atendimento diário, orientações de cunho protetivo que visa compreender a singularidade de cada participante em seu contexto global e apartir delas trazer reflexões acerca do entendimento de cada caso, para a construção de vínculos e até mesmo de uma clareza no âmbito social e coletivo.

	<p>Destacamos que o trabalho social desenvolvido no SCFV deve respeitar os eixos estabelecidos através das Orientações para o SCFV emitidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS: Eixo Convivência Social; Eixo direito de ser; Eixo participação. Com as crianças e adolescentes as orientações acontecem diariamente através das atividades socioeducativas, no momento das refeições e em situações em que os educadores identificam demandas para orientações.</p> <p>Com as famílias, a equipe técnica realiza as orientações através dos atendimentos individuais, estudo social, visitas, dentre outros e todos com o objetivo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Atendimento às 330 crianças e adolescentes participantes do SCFV e suas famílias.
Avaliação	Tal processo se dá através da participação das crianças, adolescentes e famílias no SCFV. Protagonismo dos participantes do SCFV em relação às ações e atividades, acompanhamento da equipe, relatórios e registros como fonte de recurso para planejamento de nossas ações.
Atividade 7	Orientações grupais
Descrição	<p>Como dito anteriormente, os participantes do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vida. O trabalho nos grupos, bem como as orientações necessárias são planejadas de forma coletiva, contando com a participação ativa do Pedagogo que é o técnico de referência dos educadores e sua atuação vem de encontro com a Resolução nº269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS no qual compõem obrigatoriamente as equipes de</p>

	<p>referência no SCFV juntamente com profissionais do Serviço Social, Psicologia e Educadores.</p> <p>Partimos na questão da vivência social e coletiva, onde os grupos se distinguem entre si, porém com a identidade no contexto socioeducativo em âmbito a desenvolver questões e discutir temas com várias vertentes, além do estabelecimento de regras e combinados em grupo, que se estabelecem como orientações reflexões pertencentes ao grupo estabelecido, que podem ser de diversas formas como: faixa etária, gênero, homogêneo e até mesmo intergeracional. Sempre com a diretriz que contextualiza o Passo 1 das Estratégias Metodológicas: Aprender a ser e conviver e Passo 3: Convivência social e familiar em relação a convivência social e o fortalecimento de vínculos.</p> <p>As orientações grupais ocorrem através das atividades: Roda de Conversa, Atividades Socioeducativas e Grupos de convivência.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	As orientações grupais acontecem para as 330 crianças, adolescentes e famílias através das rodas de conversa diária, atividades socioeducativas e grupos de convivência.
Avaliação	A avaliação envolve a participação das crianças, adolescentes e famílias e como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
Atividade 8	Atividades grupais de convívio
Descrição	No SCFV realizamos Grupos de Convivência, no qual ofertamos para as famílias e comunidades com o objetivo de prevenir as situações de risco social, fortalecer a convivência familiar e comunitária, assegurar o direito à

	<p>convivência familiar e comunitária, prevenir a institucionalização e a segregação de pessoas vulneráveis, promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecer a rede de proteção social nos territórios, promover acesso às demais políticas públicas, como Educação Saúde, fazer com que os participantes reconheçam seus direitos e a importância de sua participação cidadã, possibilitar acesso à cultura, esporte, lazer e manifestações artísticas, e propiciar trocas de experiências intergeracionais, fortalecendo o respeito e a empatia entre todos conforme objetivos do SCFV conforme Resolução CNAS nº 01/2013.</p> <p>De acordo com o Passo 3 das Estratégias Metodológicas: Convivência social e familiar: Procuramos através da realidade do território, desenvolver atividades que estimulem e fortaleçam os vínculos com a realização de Grupos de Convivência com as famílias das crianças e adolescentes atendidas no SCFV.</p> <p>Também destacamos a acolhida em grupos com as crianças e adolescentes através das atividades socioeducativas que será descrito posteriormente.</p>
Periodicidade	Semanal
Meta	Realização de Grupos de Convivência para as famílias das 330 crianças e adolescentes atendidas no SCFV.
Avaliação	A avaliação envolve a participação das crianças, adolescentes e famílias e como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
Atividade 9	Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural.
Descrição	As atividades socioeducativas fazem parte do processo metodológico da instituição que está presente no Passo 4 - Ações de Participação: Atividades culturais, sociais, artísticas, lúdicas, esportivas, comunitárias, participação em

	<p>mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário.</p> <p>Durante todo o processo de trabalho, através de todas as atividades, as crianças, adolescentes e seus familiares são estimulados a participarem de espaços coletivos, comissões, fóruns do município garantindo o acesso a direitos humanos, sociais e socioassistenciais. Também são promovidos junto com as crianças e adolescentes e seus familiares festivais de música, dança, capoeira, esporte, onde serão apresentados e potencializados todos os conhecimentos adquiridos durante o ano. Esses espaços são utilizados e garantidos para fortalecer o vínculo familiar e comunitário e socializar as potências do território, além de propiciar o acesso a atividades culturais. Vale destacar que para a execução dessas ações comunitárias e festivais contamos com a parceria da Associação Primavera e Instituto Robert Bosch.</p>
Periodicidade	Diário
Meta	Atividades socioeducativas para 330 crianças, adolescentes e famílias.
Avaliação	O processo de avaliação das atividades socioeducativas citados acima serão realizados diariamente utilizando os indicadores de frequência, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita a cada ação realizada.
Atividade 10	Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social.
Descrição	As atividades socioeducativas fazem parte do processo metodológico da instituição e está presente no Passo 2 - Aprender a ser e conviver, estimulando a aprendizagem interiorização de valores, consciência crítica, princípios éticos, possibilitando o desenvolvimento do senso de colaboração, participação, despertando habilidades para fortalecer a cidadania. Nas

atividades de roda de conversa é possível dialogar e, refletir sobre as questões de ética, cultura, cidadania fortalecendo os vínculos e desenvolvendo o protagonismo social; No desenvolvimento das atividades de Capoeira (A capoeira além de propiciar o movimento corporal, possibilita a apropriação cultural e o fortalecimento da identidade); Atividades físicas, tais como: Dança e Esportes (Atividades físicas em diferentes modalidades, que estimula o aprimoramento da coordenação motora, com abordagens dinâmicas e recreativas, que oportuniza reflexões acerca do respeito às diferenças, visando a melhora da qualidade de vida, o bem estar físico, social e emocional dos indivíduos); Circo, Saltos e Acrobacias (A atividade visa a participação e estimulação da criança e adolescente no que se refere a despertar valores e atitudes, foco, concentração, superação, tomada de decisões, pro-atividade, elevação da auto-estima; valorização de si mesmo, do outro, do meio, da convivência; descoberta de potencialidades, habilidades, limites e pré-disposições, percepção corporal; além de ampliar seu repertório de conhecimento, bem como sua cultura corporal do movimento); Música/ Rap/ Desenho (Estimula o processo criativo de letras e músicas com temas desenvolvidos e vivenciados pelas crianças e adolescentes trazendo a realidade social em forma poética afluindo sua criatividade; Incentiva a autonomia, desenvolve percepções, coordenação motora e a diversidade de repertório através de práticas musicais e de desenho; Através do movimento educacional/artístico, destacar características culturais que possibilitem um sentimento de pertencimento); Informática (Atividade que estimula a coordenação motora, a criatividade, o cognitivo, o desenvolvimento de habilidades artísticas, habilidade textual, uso consciente da internet e suas aplicações e a prática de formulação de novas idéias. A atividade se apresenta com a proposta de integrar a criança e o adolescente no universo digital de maneira propositiva, onde se é capaz de ir além das redes sociais e jogos digitais); Meio Ambiente (Atividade que visa potencializar e sensibilizar, através do plantio e manutenção de plantas e mudas, o cuidado com os espaços coletivos, públicos e estendo, também, à própria residência; além de possibilitar uma maior humanização que perpassa pelo bem-estar físico e

	<p>ambiente, propiciando um espaço mais harmônico e saudável. Tal atividade envolve, também, brincar em espaços de natureza predominante no território);</p> <p>Brinquedoteca e Jogos (Possibilita às crianças e adolescentes o explorar do universo lúdico de forma propositiva, estimulando o imaginário, a criatividade, a socialização, a partir de jogos e brincadeiras que se estabelecem diante de regras de convivência e de atuação, subsídio e parâmetros de ações capazes</p> <p>de lidar com o conflito de forma inteligente. Estimulando a inteligência emocional da criança, a brincadeira favorece uma ocasião educativa, de orientação, estímulos, regras, resoluções de conflitos, vivências, trocas, experiências e compartilhamentos, tendo em vista, que a brincadeira livre ou articulada, desenvolve competências para um bom relacionamento);</p> <p>Artesanatos (Desenvolvimento de habilidades manuais, incentivando o hábito de criar, trabalhando a concentração, auto estima, incentivo a leitura, construção a partir de histórias, bem como estimulando a imaginação e o trabalho coletivo); Culinária (A atividade propicia o descobrimento da origem dos alimentos como forma de aprendizado, estimulando hábitos alimentares saudáveis; Proporciona o reaproveitamento dos alimentos, conhecimento, higienização, apreciação da arte de culinária, incentivo a leitura e escrita através das receitas, bem como o trabalho através de conceitos da prática de cozinhas e questões de gênero);</p> <p>As atividades são identificadas a partir da realidade do território, são utilizadas como meio para garantir o acesso das crianças e adolescentes a informações relacionadas à ética, cultura, cidadania, fortalecimento do protagonismo social e fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.</p>
Periodicidade	Diário
Meta	Atividades socioeducativas para 330 crianças, adolescentes e famílias.
Avaliação	O processo de avaliação das atividades socioeducativas citados acima serão realizados diariamente utilizando os indicadores de presença, permanência no

	grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
Atividade 11	Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação
Descrição	<p>Conforme o Caderno de Orientações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, o desenvolvimento de ações, em tal serviço da Proteção Social Básica, que promovam o acesso à população atendida informações sobre seus direitos e as formas de acesso aos mesmos são essenciais para se garantir o "caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais" (Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pág. 8)</p> <p>O Projeto Gente Nova - Progen, tendo como diretriz os documentos acima citados e garantido em sua metodologia, à partir do Passo 1 - Aprender a ser Conviver; Passo 3 - Convivência Social e Familiar e Passo 4 - Ações de Participação: Atividades culturais, sociais, artísticas, lúdicas, esportivas, comunitárias, participação em mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário; desenvolverá, no SCFV, junto ao público atendido e comunidade, ações que garantem a informação, tanto sobre os direitos, quanto sobre as formas para acesso a esses direitos; além de apresentar os meios que tal público poderá buscar/reclamar/solicitar caso esse acesso não seja garantido ou se tal acesso e atendimento não forem realizados de forma adequada e qualificada. As ações serão realizadas levando em consideração a faixa etária de cada grupo, visando, um maior entendimento de tais informações, estimulando, assim, o desenvolvimento do protagonismo e de competências para compreensão crítica da realidade; da autonomia e da participação da vida pública do território e município que residem. Sendo as ações à serem desenvolvidas:</p>

	<p>rodas de conversa, grupos de convivência, grupos de reflexão, atendimentos individuais e com grupo familiar; e grupo sociocomunitário.</p> <p>Referência: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PERGUNTAS FREQUENTES Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Página 8. 2015</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Acesso para todos os participantes do serviço e famílias sobre os seus direitos e as formas para o acesso e reclamação.
Avaliação	A avaliação é feita de forma quantitativa de acordo com o número de pessoas que passam a participar do controle social, acessando os meios de reclamação e também pelo número de acesso aos direitos, essas informações são recebidas através dos atendimentos presenciais, telefônicos e e-mail.
Atividade 12	Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias
Descrição	Um dos objetivos do SCFV é "Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária" (Página 11), de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), portanto pessoas com deficiência fazem parte do público prioritário, devendo estar incluída em atividades desenvolvidas em seu território, fortalecendo e ampliando o acesso aos seus direitos, como determina a LBI - Lei Brasileira de Inclusão, no CAPÍTULO VII, DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL, Art. 39. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e

comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.

Por sua vez, na Resolução CNAS nº 34/2011, o art. 4º, § 2º, afirma que a habilitação e reabilitação na assistência social se realiza por meio de programas, projetos, benefícios e pela oferta dos serviços socioassistenciais tipificados, entre os quais está o SCFV. As atividades desenvolvidas devem ser definidas e planejadas de acordo com a demanda, interesse e necessidade dos participantes e do território, respeitando suas limitações, Passo 2 das Estratégias Metodológicas: Aprender a fazer e a conviver ; essas atividades de interação e convívio, possibilita aos participantes uma relação igualitária e de descoberta de novas potencialidades.

O contato com esse público e o grupo familiar, deve ser feito de maneira acolhedora, estando claro para a equipe do serviço de atendimento que eles trazem consigo histórias de exclusão e discriminação, cabendo a cada profissional estar disponível para promover a transformação e a inclusão que necessitam, como determina as leis acima citadas.

Os riscos sociais são comuns a todos. Porém, quanto menor a capacidade de enfrentamento, maior a probabilidade de que a pessoa, em especial a com deficiência, vivencie situações de violação de direitos. As situações de extrema pobreza, o convívio em ambientes sem acessibilidade, a falta de assistência em saúde, a baixa escolaridade e a ausência de cuidados, ampliam as situações de dependência, dificultam a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência. A exclusão social é resultado de segregação e negligência, que impede que os indivíduos tenham participação em espaços de decisões e garantia de direitos. Portanto o processo de inclusão social, deve ir além do território em que as pessoas com deficiências estão inseridas, através do desenvolvimento de atividades de reflexão, orientação e conhecimento de seus direitos; essa Organização da Sociedade Civil tem como prática o incentivo a participação em Fóruns, Conselhos, Conferência, e possibilitando ao usuário e ao grupo familiar espaço de participação.

Vale ressaltar que para que essa participação se efetive, é necessário que a OSC se articule com a rede de serviços do município, como citado no Passo

	5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços, definindo estratégias coletivas para diminuição das violações de direitos.
Periodicidade	Diária
Meta	Ofertar atividades inclusivas e promover articulações junto às políticas que ampliem da independência e autonomia das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
Avaliação	As avaliações com os participantes acontecem a partir das atualizações dos prontuários, relatórios e acompanhamentos pedagógicos, além do acompanhamento de presença, participação nas atividades baseados no objetivo geral e específico do plano de trabalho. Além de reuniões mensais com os responsáveis, e avaliação anual através de instrumental da OSC, onde famílias e participantes apontam avanços ou questões a serem melhoradas pelo serviço.
Atividade 13	Atividades de inclusão à vida comunitárias e a participação social de pessoas com deficiência
Descrição	<p>As atividades de inclusão à vida comunitária e a participação de pessoas com deficiência acontecem em conformidade com o caderno de perguntas e respostas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que garante a prevenção da institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; esse processo acontece através de atividades diárias de socialização e culturais, onde o sujeito pode optar em qual atividade irá participar conforme seu interesse em conviver e desenvolver-se.</p> <p>Cabe a equipe da Organização da Sociedade Civil, realizar junto ao indivíduo, responsável legal, família e rede de atendimento, a discussão de caso da pessoa e deficiência identificada para melhor aproveitamento das atividades propostas.</p> <p>As atividades de inclusão e atendimento se baseiam no caderno de perguntas e respostas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos</p>

	<p>que diz: "considera-se público prioritário aqueles sujeitos que, em função da deficiência, vivenciam situação de vulnerabilidade", além do artigo primeiro da Convenção de Direitos de pessoas com deficiência que orienta: "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".</p> <p>Desenvolve-se então uma metodologia que alcance a inclusão plena com o grupo de crianças, adolescentes adultos ou idosos, a fim de garantir o envolvimento nas atividades, objetivando o fortalecimento de vínculos com a comunidade e acesso às atividades que proporcionem acessos de direitos como o lazer, esportes, cultura e arte, conforme desejado e apontado pelo indivíduo.</p> <p>O processo da inclusão e realização de atividades com esse público também se pauta na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 buscando a garantia de acessibilidade, utilização com segurança e autonomia dos espaços ofertados pela OSC, possibilitando assim através de metodologias, estratégias e práticas a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.</p> <p>O Progen através das atividades diárias que oferta, proporciona ao indivíduo o envolvimento comunitário nas rodas de conversa que são realizadas com membros da comunidade a fim de garantir o processo de fala e escuta dos participantes, além de atividades que são desenvolvidas nos espaços públicos da comunidade como quadras, campos e praças.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Oferta de atividades de inclusão à vida comunitárias e a participação social das pessoas com deficiência.
Avaliação	As avaliações com os participantes acontecem a partir das atualizações dos prontuários, relatórios e acompanhamentos pedagógicos, além do acompanhamento de presença, participação nas atividades baseados no objetivo geral e específico do plano de trabalho. Além de reuniões mensais com os responsáveis, e avaliação anual através de instrumental da OSC, onde

	famílias e participantes apontam avanços ou questões a serem melhoradas pelo serviço.
Atividade 14	Encaminhamentos para a rede Socioassistencial.
Descrição	Os profissionais atuantes no SCFV, dentre suas funções tem a articulação dos setores que permitem a viabilização dos direitos, ou seja, encaminhamentos para a rede socioassistencial. Deste modo é necessário que o profissional entenda a dinamicidade desta rede para que além de encaminhar os participantes para acesso a benefícios e serviços, possa visualizar a realidade vivenciada por ela e fortalecer esta rede de proteção com estratégias coletivas para a diminuição de ocorrências de riscos sociais e seus agravamentos. Tal ação faz parte do Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.
Periodicidade	Diária
Meta	330 crianças, adolescentes e suas famílias
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefônico e contrarreferenciamento.
Atividade 15	Encaminhamentos para serviços de políticas públicas
Descrição	Diante das vulnerabilidades e violações de direitos o trabalho do SCFV é de direcionar as demandas e encaminhá-las para os equipamentos públicos responsáveis. Seja qual for a demanda: educação, saúde, moradia e etc..A importância de fortalecer o usuário na construção e consolidação da autonomia faz-se necessário no trabalho da assistência, propiciando a integração do usuário e dos serviços de direitos. Tal ação faz parte do passo

	5 - Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.
Periodicidade	Diária
Meta	Encaminhamentos aos serviços de políticas públicas aos 330 participantes e suas famílias.
Avaliação	Articulação e elaboração de relatórios de encaminhamentos para a rede socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes - SGDCA; Devolutiva dos encaminhamentos pela rede e através dos participantes do SCFV.
Atividade 16	Mobilização e articulação da rede Socioassistencial.
Descrição	<p>Para o desenvolvimento e alcance dos objetivos propostos é de suma importância o trabalho em rede. Formar uma rede de proteção que integre as políticas públicas de direitos, CRAS/CREAS e serviços da comunidade tecendo um processo de educação integrado para concretizar o Plano de Trabalho, fortalecendo a rede de proteção, com estratégias coletivas para a diminuição da ocorrência de riscos sociais, seus agravamentos e reincidência. De acordo com o Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços . Esta atividade se desenvolve através de reuniões com a rede de proteção do microterritório para discussões de casos, participações em reuniões no CMAS/CMDCA, com escolas, DAS/CRAS/CREAS, articulação com a rede e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes - SGDCA . Vinculação dos participantes no SIGM.</p>

Periodicidade	Quinzenal
Meta	Participação da rede socioassistencial de atuação.
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefônico e contrarreferenciamento.
Atividade 17	Mobilização e fortalecimento de redes de apoio
Descrição	<p>O ser humano nasce e vive em uma rede de relações representada por: família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras. Nestes ambientes as pessoas desenvolvem-se e conquistam uma diversidade de lugares de interação social. As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. Desta forma o trabalho visa fortalecer a rede de apoio do público atendido por compreendermos que uma rede fortalecida favorece na diminuição dos riscos sociais, seus agravamentos e possíveis reincidências.</p> <p>Esta atividade também faz parte do Passo 5 das Estratégias Metodológicas do Progen: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.</p>
Periodicidade	Quinzenal
Meta	Mobilizar para fortalecer a rede de apoio das demandas apresentadas pelos 330 participantes do SCFV.
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através relatórios, contato telefônico e contrarreferenciamento.

Atividade 18	Participação em mobilizações sociais para a cidadania
Descrição	<p>O Progen acredita no fortalecimento dos equipamentos que compõem o microterritório, bem como entende que a consolidação das Organizações da Sociedade Civil é imperativo para a construção de uma democracia sólida e participativa. O grande desafio é como garantir o avanço e autonomia das organizações, a fim de potencializar suas capacidades propositivas na relação com o poder público e privado na defesa de garantia de Direitos, principalmente no atual cenário político.</p> <p>No que se refere às participações nos Conselhos (CMAS e CMDCA), temos participação ativa com representação em comissões e colegiados, entendendo ser de extrema importância essa participação, uma vez que nos permite acompanhar e avaliar a rede de Assistência Social, bem como construir diretrizes para o sistema no município, sendo assim, participamos nas reflexões, debates, construção de políticas, participação em Grupos de trabalho, Fórum de Usuários da Região Noroeste, Conferência da Criança e Adolescentes, Conferência Regional de Assistência Social e na articulação com as redes intersetoriais do território e microterritório pois é de extrema importância a articulação em rede no enfrentamento à violência contra a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sabendo que uma articulação completa e conectada com todos os serviços garante a proteção integral às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, devido a situações de violência física, sexual, psicológica e/ou negligência.</p>
Periodicidade	Semanal
Meta	Estímulo à participação em mobilizações sociais do território.
Avaliação	Este processo envolve a participação das crianças, adolescentes e famílias através do planejamento das ações, presença e formação de lideranças,

	utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
Atividade 19	Conhecimento e inserção no território
Descrição	<p>A partir da organização do SUAS, entendemos a base de ação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) como territorial. A importância dessa atuação está em consonância com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, já que pensar território é, necessariamente, pensar nos processos de vivenciar aquilo que é comum. Uma vez que, segundo Montero (2004), compartilhar o mesmo espaço não necessariamente desenvolve a comunidade no sentido de partilha, é nessa direção que pensamos nossa atuação no território: ocupando aquilo que é de espaço público, entendendo a importância de se fazer valer a identidade local.</p> <p>Assim, é através da oferta de atividades que consideramos os espaços públicos como elemento fundamental que pensamos o cotidiano do SCFV 06 a 14 anos. Seja em roda de conversa ou atividades de habilidades específicas, entende-se que a ocupação dos espaços é eixo norteador, já que nos utilizamos de praças, quadras e escolas das crianças e adolescentes para desenvolver atividades. Além disso, utiliza-se da articulação em rede para o diálogo e ocupação de outros ambientes em conjunto da rede de proteção, pois entendemos essa troca como elemento central de ação efetiva.</p> <p>Para além das questões microterritoriais, também há de se fazer necessário a ocupação do território no que se refere ao direito à cidade. A promoção do direito à cidade é garantida em documentos oficiais da ONU (2008), quando afirma ser uma condição básica de moradia digna. Nas palavras de Milton Santos (2013) "trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna.</p>

Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão" (p. 209). Para tanto, como prática de efetivação de um direito garantido, organizamos, por meio de parcerias, a vivência para as crianças e adolescentes em lugares ao longo da cidade que, além de possibilitar a ampliação de cultura a partir da participação nesses espaços, também proporciona que a cidade seja uma cidade que educa a partir do acesso.

Atividades externas são as principais ferramentas utilizadas nesse execução. Por fim, partindo do princípio da luta por direitos, entende-se como de extrema importância que nesse conhecimento e ocupação do território, também se concretiza os espaços adequados para enfrentamentos como Conferências, Conselhos, Fóruns e todas as instâncias onde se faz essencial a presença daqueles que de fato são usuários e usuárias dessa política.

Promover essa participação através de rodas de conversa e de todo o dia a dia do Serviço é dever de nossas ações enquanto proposta de enfrentamento da realidade.

Entender o território, é enxergar o cotidiano de vida das pessoas para que se possa pensar em uma política que facilite esse processo, uma vez que falar de onde se ocupa é compreender as vulnerabilidades ou potencialidades que surgem a partir de um determinado contexto.

Referências:

Brasil. Política Nacional de Assistência Social (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília.

Montero, Maritza. Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos. Editorial Paidós, v. 1, p. 5-144. Buenos Aires, 2004.

Organização das Nações Unidas (2008). Promoção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.

Santos, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. 2ª edição. Brasília: Edição Ulysses Guimarães, 2013.

Periodicidade	Diária
Meta	Conhecer e articular, desenvolver ações no território envolvendo a participação das 330 crianças, adolescentes e famílias.
Avaliação	A avaliação se dá a partir da participação das crianças e adolescentes no cotidiano do SCFV 06 a 14 anos, bem como momentos de roda de conversa para a identificação das demandas e direcionamentos de propostas dos participantes. Ainda, contamos com instrumentais que possibilitam que sugestões e críticas sejam manifestas em relação à presente questão.
Atividade 20	Conhecimento e mapeamento de redes socioassistenciais
Descrição	<p>O processo de trabalho no território se dará com maior efetividade a partir do reconhecimento e mapeamento dos equipamentos socioassistenciais dentro do raio de atendimento de cada unidade executora, pois facilitará o encaminhamento e trabalho em conjunto com a finalidade do alcance das necessidades do território. O mapeamento dos equipamentos dar-se-á por meio da utilização de programas de georreferenciamento (SIG) já existentes (MOPS - Ministério da Cidadania, Mapa de Serviços - PMC) e por sistemas próprios e manipuláveis como o Google Earth Pro e Google Maps, baseado a partir de banco de dados oficiais (PMC, IBGE, dentre outros).</p> <p>Para além do processo de mapeamento, o conhecimento da execução dos serviços pelos equipamentos que compõem a rede socioassistencial dará ao mesmo tempo do mapeamento da rede socioassistencial.</p>
Periodicidade	Sem periodicidade definida
Meta	Mapeamento de todos equipamentos da rede socioassistencial dentro do microterritório de atuação da unidade executora.
Avaliação	A avaliação se dará pelo encaminhamento de demandas identificadas aos equipamentos que compõem a rede socioassistencial a partir do conhecimento e mapeamento dos mesmos. Além da atualização anual do mesmo.

Atividade 21	Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais
Descrição	<p>Dentre vários conceitos, Inojosa (2001), compreende a intersetorialidade como “a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”. Não obstante a este conceito, a materialização dessa articulação, dará por meio do encontro e discussões em grupos com a rede de atendimento Intersetorial das diversas políticas sociais de determinado território.</p> <p>O mapeamento do território será realizado de forma articulada com o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do Satélite Íris e com a articulação de potenciais participantes de outras políticas públicas existentes no território, tendo em vista a importância do fortalecimento da rede intersetorial para a garantia de um mapeamento legítimo.</p> <p>Referência:</p> <p>Inojosa, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. <i>Cadernos FUNDAP</i> 2001; 22:102-110.</p>
Periodicidade	Anual
Meta	Participação como membro representativo da Rede Intersetorial a ser construída no territorial de atuação.
Avaliação	A avaliação se dará por meio da constituição da Rede Intersetorial e de sua participação.
Atividade 22	Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais

Descrição	<p>Participamos na articulação com as redes intersetoriais do território e micros territórios pois é de extrema importância a articulação em rede no enfrentamento a violência contra a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sabendo que uma articulação completa e conectada com todos os serviços garante a proteção integral às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, devido a situações de violência física, sexual, psicológica e/ou negligência.</p> <p>Destacamos que tal ação vai de encontro ao Passo 5 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços, visando integrar as políticas públicas de direitos, fortalecendo a rede de proteção com estratégias coletivas para diminuição de riscos sociais, seus agravamentos e reincidência.</p>
Periodicidade	Quinzenal
Meta	Participação e articulação nas redes intersetoriais do território e microterritório.
Avaliação	A avaliação ocorre através da participação da equipe nos encontros intersetoriais, envolvimento e mobilização dos participantes e famílias no território e microterritório.
Atividade 23	Notificações de situação de violação de direitos
Descrição	<p>A notificação é o primeiro passo em direção ao rompimento do ciclo de A notificação é o primeiro passo em direção ao rompimento do ciclo de violência ao qual crianças e adolescentes estão submetidos (Arpini, 2008). Segundo Sêda (1997), notificar é dar a alguém o comunicado;</p> <p>encaminhar um ato praticado que gera consequências jurídicas legais. Quando a notificação é realizada - e sustentada - a busca é pela resolução do problema vivido através de encaminhamentos, de forma que a sustentação dessa ação se dá através dos procedimentos envolvidos referentes ao como encaminhar, onde e para quê (Cadernos de Saúde Pública, 2008).</p>

	<p>A realização das notificações no SISNOV, se faz de suma importância, pois é uma das formas de contribuir para interromper o ciclo das violências, tal ação é realizada através do registro da notificação por meio eletrônico, que gera informações e indicadores. Tais indicadores contribuem no desenvolvimento de políticas específicas que reduzam os riscos e danos associados a estes tipos de violência. Outro Órgão de Notificação é o Conselho Tutelar, que nos casos de suspeita ou confirmação de violação de direitos da criança e/ou adolescente, é obrigatório sua notificação, contamos também com o Canal de Notificação do disque 100.</p> <p>Esta ação se encontra no Passo 5 das estratégias metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.</p> <p>Formar uma rede de proteção que integre as políticas públicas de direitos.</p> <p>Cabe destacar que esta atividade não possui periodicidade definida, pois será realizada conforme identificação de suspeita e/ou confirmação dos casos de violação de direitos.</p> <p>Referência:</p> <p>Arpini, D. M.; Tanure, B.; Soares, E. O. C. A. (2008). A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. <i>Psicol. rev.</i> (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 95-111.</p> <p>Sêda, E. (1997). <i>XYZ do Conselho Tutelar</i>. São Paulo: IMESP.</p> <p>Cadernos de Saúde Pública, v.24, n.2, p.323-332, 2008. Retirado em 21 de outubro de 2016 de http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/6635</p>
Periodicidade	Sem periodicidade definida
Meta	Notificar as situações de violação de direitos apresentas no serviço de todos os casos identificados pela equipe.
Avaliação	A avaliação das notificações das situações de violência, acontece conforme rompimento e/ou diminuição das situações de violações de direitos.

Atividade 24	Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos.
Descrição	Tal atividade ocorre diariamente através das ações de acolhida diária, atividades em grupos, atividades socioeducativas, uma vez que o SCFV é, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social. No Sistema Único de Assistência Social temos como diretriz a Matricialidade Sociofamiliar que se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. Desta forma, podemos destacar em nossas ações o Passo 3: Convivência social e familiar: Visando o acompanhamento de famílias, através de atendimentos individuais e grupais, visita domiciliares, escuta qualificada, observando as demandas trazidas em atividades e ações comunitárias, identificando situações de privações, desproteção e violação de direitos para encaminhamentos a rede de proteção.
Periodicidade	Diário
Meta	Identificar as situações prioritárias em relação às 330 crianças, adolescentes e suas famílias.
Avaliação	A avaliação se dará à partir da escuta qualificada, dos relatos, relatórios, prontuários e lista de presença e participação nas atividades.
Atividade 25	Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho.
Descrição	As atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho, podem ocorrer indiretamente dentro das atividades ofertadas pelos educadores, que tem por finalidade o fortalecimento dos vínculos familiares e

	<p>comunitários. Porém, em contrapartida, no decorrer das mesmas os participantes podem descobrir/despertar habilidades nas quais possam criar formas de geração de renda. Para além das atividades desenvolvidas na OSC, contamos com parcerias como: Centro Tecnológico a Informação, CEPROCAMP e outros, cujo o objetivo é ofertar cursos e ações visando a inserção no mercado de trabalho e/ou geração de renda.</p> <p>Conforme o 5º passo das estratégias metodológicas, além destas ações também é trabalhado com o público de adolescentes no que se refere a orientação para Projeto de Vida nas atividades desenvolvidas pelo Progen ou por parcerias. Oportunidade do adolescente e jovem rever e sintetizar os conhecimentos e valores adquiridos ao longo de todo processo socioeducativo. Para esta ação o Progen conta com a parceria do Instituto EPTV, com projeto Com.Você e com a Empresa Programmers, com projeto Programando o Futuro: Lógica e Programação.</p>
Periodicidade	Diária
Meta	Adolescentes da faixa etárias de 13 a 14 anos participantes do SCFV.
Avaliação	<p>A avaliação é contínua durante o ano, momento este que é possível rever se a metodologia aplicada está atingindo os objetivos, para tanto serão utilizados as listas de presença das atividades, avaliando o número de participantes que frequentam, observando a dinâmica de participações, inclusão e desligamento das atividades. Ao término, será realizada a avaliação com os participantes sobre a atividade desenvolvida no dia.</p> <p>Além das avaliações diárias a OSC também aplica avaliação anual aos participantes, os quais avaliam tanto as atividades desenvolvidas pelo Progen como em conjunto com às parcerias.</p>
Atividade 26	Outras atividades – Supervisão

Descrição	A supervisão profissional é um processo de intervenção trazendo conhecimentos, posturas éticas, teorias, metodologias, ações, resultados, e crescimento profissional. No SCFV é de extrema importância tal ação, uma vez que a equipe multidisciplinar atua com diferentes faixas etárias e com questões de vulnerabilidades e situações complexas.
Periodicidade	Quinzenal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

Atividade 27	Outras atividades - Relatório Técnico Multidisciplinar
Descrição	Ferramenta de gestão fundamental para registrar e avaliar as atividades desenvolvidas mensalmente nas unidades do Progen.
Periodicidade	Mensal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

Atividade 28	Outras atividades - Formação continuada para equipes
Descrição	Possui intuito de qualificar as equipes de trabalho e discutir questões fundamentais para o atendimento e acompanhamento das crianças, adolescentes e famílias dos territórios. Definem-se em encontros temáticos de

	acordo com as demandas apresentadas no cotidiano, para compartilhar experiências, dividir conhecimentos e pensar sobre questões fundamentais do trabalho na Proteção Social Básica e estratégias de atuação, refletindo num atendimento ético e de qualidade para os participantes do SCFV e suas famílias.
Periodicidade	Mensal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

Atividade 29	Outras atividades - Planejamento das atividades socioeducativas
Descrição	Atividade mensal, realizada com a participação de toda equipe envolvendo a participação das crianças, adolescentes e famílias, com objetivo de desenvolver atividades estimulando o protagonismo dos participantes do serviço, acesso ao direitos de cidadania e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destacamos que através desta ação é possível avaliar as ações e atividades desenvolvidas no SCFV.
Periodicidade	Mensal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

Atividade 30	Outras atividades – Quadro de Profissionais
Descrição	01 coordenadora geral - 05 horas, 01 coordenadora técnica - 20 horas, 01 coordenador administrativo 05 horas, 01 auxiliar administrativo 20 horas, 01 assistente social 30 horas, 01 psicólogo 20 horas, 01 pedagogo 20 horas, 05 educadores sociais 40 horas, 01 educador 40 horas, 01 auxiliar de serviços gerais 40 horas, 01 cozinheira 20 horas, 01 auxiliar de cozinha 40 horas.
Periodicidade	Semanal
Meta	Qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do SCFV.

7. ARTICULAÇÃO EM REDE

Identificação do parceiro com o qual manterá articulação (serviços, programas, órgãos, instituições)	Descrição do tipo de articulação (encaminhamento, reunião, atividade conjunta, etc)
Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos	Parceiro na execução, em regime de mútua cooperação para execução de Serviços de Proteção Social Básica no Município de Campinas.
CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social	Parceria nas reflexões, debates e construção de políticas, participação em Grupo de Trabalho e comissões.

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas; FMDCA; Participação nos editais de Termo de Fomento.
CMI - Conselho Municipal do Idoso	Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas.
CMJ - Conselho Municipal da Juventude	Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas.
Conselho Tutelar	Parceria / Articulação e estratégia na efetivação, garantia de direitos as crianças e adolescentes.
CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – SATÉLITE IRIS	Reuniões intersetoriais; Discussão de caso; Referenciamento e contrarreferenciamento.
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Noroeste	Reuniões intersetoriais; Discussão de caso; Referenciamento e contrarreferenciamento.
Banco de Alimentos / CEASA	Doação de alimentos e acompanhamento com nutricionista.
SANASA	Concessão de benefício tarifário à Organização da Sociedade Civil em cumprimento a Lei Municipal 7577/93.
Fundação FEAC	Parceiro que promove assessoramento técnico e realiza aporte financeiro/técnico à execução de projetos e dos serviços de forma complementar.
Instituto Robert Bosch	Desenvolvimento de ações, projetos culturais de incentivo a cidadania através de atividades

	culturais no território.
Associação Primavera Alemanha	Parceria para a execução de ações socioculturais, estimulando o protagonismo dos participantes do SCFV no território através das atividades socioeducativas e rodas culturais.
Instituto EPTV	Oferta o curso de Comunicação Audiovisual “Projeto COM.VOCÊ”; Promove a educação e cidadania por meio de atividades ligadas à área de comunicação.
Programmers Beyond	Curso de Lógica e Programação. Promove o ensino de qualidade em desenvolvimento de sistemas eletrônicos como sites web e jogos digitais, além das técnicas para desenvolvimento de sistemas para adolescentes.
SESC - Programa Mesa Brasil	Doação de alimentos e capacitação das equipes.
Serviços Socioassistenciais OG e OSC (PSB / PSE. Média e Alta Complexidade)	Referenciamento e contrarreferenciamento; discussão de caso.
Centro de Saúde Satélite Iris e Ipaussurama	Articulação de ações no microterritório, discussão de casos, parceria em atividades e ações na comunidade.

8. RECURSOS HUMANOS

NOME DO PROFISSIONAL	ESCOLARIDADE / FORMAÇÃO	CARGO OU FUNÇÃO NO SERVIÇO	CARGA HORÁRIA SEMANAL NO SERVIÇO	FORMA DE CONTRATAÇÃO

Izabel Cristina Santos de Almeida	Superior completo/ Serviço Social	Coordenadora Geral	05 horas	CLT
Amanda Maira do Carmo	Superior completo/ Serviço Social	Coordenadora Técnica	20 horas	CLT
Andria Porfirio do Nascimento	Superior Cursando/ Publicidade e Propaganda	Coordenadora Administrativo	05 horas	CLT
Aline Maria Alves	Superior completo/ Pedagogia	Pedagoga	20 horas	CLT
Thayna Visoto Dias	Superior completo/ Psicologia	Psicólogo	20 horas	CLT
Anidelandia S. Lima	Ensino Fundamental completo	Cozinheiro	20 horas	CLT
Andréa Soane	Superior completo/ Serviço Social	Assistente Social	30 horas	CLT
Fabricio Roberto Bellini	Ensino Médio Completo	Educador	40 horas	CLT
Laura Nice Dias	Superior completo/ Ciencias sociais	Educador Social	40 horas	CLT
Paulo Victor	Superior completo/ Pedagogia	Educador Social	40 horas	CLT
Suzana Campos Cordeiro	Ensino Médio Completo	Educador Social	40 horas	CLT
André Luis Zampola	Ensino Médio Completo	Educadora Social	40 horas	CLT
Educador Social (à contratar)	Superior completo/ Educação Física	Educadora Social	40 horas	CLT
Miriam Lefundes Arcanjo	Ensino Fundamental completo	Auxiliar de cozinha	40 horas	CLT
Emilene Ferreira Pereira	Ensino Médio incompleto	Auxiliar de Serviço Gerais	40 horas	CLT
Monique C. Peppi	Ensino Médio Completo	Auxiliar de Administrativo	20 horas	CLT

9. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

MUNICIPAL

Despesa	Item de Despesa	Quantidade	Valor (R\$)
FOLHA DE PAGAMENTO	ASSISTENTE SOCIAL	1	40210.66
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	10766.94
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR DE COZINHA	1	16699.87

FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1	13635.24
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	6184.20
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR GERAL	1	15095.85
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR TÉCNICO	1	28560.63
FOLHA DE PAGAMENTO	COZINHEIRA	1	10585.87
FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR	01	23180.77
FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR SOCIAL	5	137855.86
FOLHA DE PAGAMENTO	PEDAGOGO	1	28296.61
FOLHA DE PAGAMENTO	PSICÓLOGO	1	26233.79
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	1	21317.14
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO CRECHE	1	5695.68
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO TRANSPORTE	1	13852.10
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	CONVÊNIO MÉDICO	1	28596.08
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESA REF. PROVISÃO MULTA RESCISÓRIA FGTS	1	10251.67
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. A PROVISÃO 13º SALÁRIO	1	35727.93
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. PROVISÃO 1/3 FÉRIAS	1	12120.92
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	FGTS	1	37817.27
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	IMPOSTO DE RENDA	1	20651.73
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	INSS	1	79778.28
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	SEGURO DE VIDA	1	1524.10
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1	4200.00

SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1	4200.00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	1	8245.85

Total: R\$ 641.285,04

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcela	Mês/Ano Previsto	Valor (R\$)	Fonte de Recurso
1	04/2020	53440.42	MUNICIPAL
2	05/2020	53440.42	MUNICIPAL
3	06/2020	53440.42	MUNICIPAL
4	07/2020	53440.42	MUNICIPAL
5	08/2020	53440.42	MUNICIPAL
6	09/2020	53440.42	MUNICIPAL
7	10/2020	53440.42	MUNICIPAL
8	11/2020	53440.42	MUNICIPAL
9	12/2020	53440.42	MUNICIPAL
10	01/2021	53440.42	MUNICIPAL
11	02/2021	53440.42	MUNICIPAL
12	03/2021	53440.42	MUNICIPAL

CAMPINAS, 23 DE JANEIRO DE 2020.

Amanda M. Carmo

AMANDA MAIRA DO CARMO
COORD. TÉCNICO

Sonia Scheffer de Oliveira

SONIA SCHEFFER OLIVEIRA
DIRETORA-PRESIDENTE